

<b>FEAM</b>	
Protocolo nº: 0205443/2008	FL. Nº 190
Divisão: 2ª	
Mat.:	Visto: 16

CONSELHO ESTADUAL DE POLÍTICA AMBIENTAL



Governo do Estado de Minas Gerais  
Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável  
Fundação Estadual do Meio Ambiente

**Processo nº** 00048/2005/001/2005

**Interessado:** LATICÍNIOS FAZENDA PARAÍSO LTDA/Laticínios Fruttbom Ltda.  
ME.

**Ref:** Recurso à CNR/COPAM- infração grave, porte pequeno.

### **PARECER JURÍDICO**

A sociedade empresária em epígrafe foi autuada em outubro de 2004 como incurso no artigo 19, § 2º, item 4 do Decreto 39.424/98, parcialmente modificado pelo Decreto nº 43.127, de 27 de dezembro de 2002, por ter cometido a seguinte irregularidade:

*"lançamento das águas de limpeza das instalações e do soro da fabricação de queijos, sem qualquer tratamento prévio em curso d'água, além da disposição e queima de resíduos sólidos (plásticos, papeis) as margens de curso d'água".*

A recorrente foi penalizada com uma multa simples no valor de R\$2501,00, por ser a mais benéfica na forma do disposto no artigo 96 do Decreto nº 44.844/08.

Inconformada a sociedade interpôs Recurso dirigido à Câmara Normativa Recursal do COPAM, tempestivamente, onde em síntese alega:

- que não foram constatados danos de natureza grave e a empresa aplicou todas as normas necessárias ao ajustamento da legislação pertinente;
- que deve ser aplicada somente a pena de Advertência ou a mínima de R\$250,00;
- requer a imediata suspensão do processo administrativo.

**Do ponto de vista jurídico** a recorrente não apresentou nenhum dado ou fato que pudesse alterar ou modificar a decisão anterior de penalização decorrente do lançamento das águas de limpeza das instalações e do soro da fabricação de queijos, sem tratamento prévio em curso d'água.

O único argumento apresentado pelo recorrente parece frágil diante da legislação ambiental em vigor. Alega que é de pequeno porte e demonstrou agilidade para diminuir e zerar o impacto de sua atividade, o que não descaracteriza a infração cometida de natureza grave.

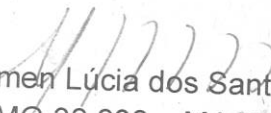
Com relação a aplicada de Advertência cabe lembrar que o auto de infração em apreço foi lavrado na vigência do Decreto nº 39.424/98. A regulamentação da

matéria referente ao procedimento a ser observado, quando o autuado cometia a infração tipificada como "lançar efluentes líquidos ou resíduos sólidos causadores de degradação ambiental, em desacordo com o estabelecido nas Deliberações Normativas", tipificada no artigo 19, §2º, item 4 do citado decreto o procedimento a ser observado na aplicação da norma é de multa, na forma da DN27/98. A penalidade de Advertência regulamentada pela DN 61 de 12 de dezembro de 2002, não permite sua aplicação para aqueles que exercem suas atividades com poluição ou degradação ambiental. (Parágrafo único do artigo 1º da DN 61/02)

**Conclusão:**

Diante dos fatos narrados, deve ser o presente Recurso encaminhado a Câmara Normativa e Recursal do COPAM, a fim de que seja julgado e **indeferido o recurso** apresentado com a conseqüente manutenção da multa aplicada atualizada, devendo ser efetuada a sua cobrança, sob pena de inscrição em Dívida Ativa do Estado.  
É o parecer, *s.m.j.*

Belo Horizonte, 19 de março de 2013.

  
Carmen Lúcia dos Santos Silveira  
OAB/MG 38.838 – MASP 1043.754-9